

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.221 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2000

Senado aprova projetos que garantem mínimo de R\$ 180

Serão encaminhadas à sanção presidencial propostas que permitem à Receita Federal cruzar as informações decorrentes do pagamento da CPMF com as declarações de rendimentos e quebrar o sigilo bancário dos suspeitos de sonegação. Mudança no Código Tributário Nacional acaba com brechas na legislação usadas para evitar o pagamento de impostos

PÁGINA 3

Programas sociais ganham mais R\$ 216 milhões no Orçamento

PÁGINA 8

CPI DO FUTEBOL QUEBRA SIGILO BANCÁRIO DE TEIXEIRA E DE MAIS 41 DIRIGENTES DE FUTEBOL

Os senadores Gilberto Mestrinho, Geraldo Althoff e Álvaro Dias ouvem o depoimento de Ricardo Teixeira

PÁGINA 4



Concessões para rádio e TV podem ter novas regras

As normas usadas pelo Senado na análise dos atos de outorga ou renovação para exploração de serviços de radiodifusão poderão ser alteradas. Projeto de resolução aprovado pela Comissão de Justiça fixa prazo de 60 dias para a mudança.

PÁGINA 7

Sozza se recusa a falar à CPI do Roubo de Cargas

Acusado de chefiar quadrilha de roubo de cargas, William Sozza usou de direito constitucional para não responder às perguntas da CPI que investiga o assunto.

PÁGINA 9



ACM RECEBE PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL

Em visita oficial para estreitar as relações com o Brasil, o presidente sul-africano Tabho Mbeki foi recebido ontem pelo presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães.

PÁGINA 2

Plenário vota redução de impostos para remédios

PÁGINA 12

Senadores elegem membros da Comissão Representativa

PÁGINA 2

Fundo contra a pobreza será promulgado hoje

PÁGINA 9

Senado elege hoje Comissão Representativa

O Senado elege na sessão de hoje os 14 senadores – sete titulares e sete suplentes – que integrarão a Comissão Representativa. Com o mesmo objetivo, a Câmara dos Deputados designará, ainda essa semana, 16 deputados e igual número de suplentes. A escolha deve obedecer, sempre que possível, à proporcionalidade partidária em cada uma das Casas.

A Comissão Representativa é o órgão do Congresso Nacional encarregado de zelar por suas prerrogativas e preservar sua competência legislativa durante os recessos de julho e do final de ano até o início do próximo período legislativo.

O mandato da comissão não fica suspenso em caso de convocação extraordinária do Congresso Nacional, uma vez que os trabalhos do Congresso convocado são restritos ao exame e votação dos projetos mencionados na pauta específica.

Cabem à comissão, entre outras atribuições, autorizar o presidente da República e o vice a se ausentarem do país, deliberar sobre convênio ou acordo internacional e aprovar projeto de lei relativo a créditos adicionais solicitados pelo presidente da República, desde que a Comissão Mista de Orçamento já tenha se manifestado sobre a matéria antes do recesso parlamentar.

A Comissão Representativa tem poder para convocar ministros ou enviar-lhes pedidos escritos de informação, sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem dos limites de delegação legislativa, receber petições e reclamações de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas e exercer outras atribuições de caráter urgente que não possam aguardar o início do período legislativo seguinte, sem prejuízos para o país ou suas instituições.



No Salão Nobre do Senado, Antonio Carlos Magalhães recebe o presidente sul-africano e comitiva

Presidente da África do Sul visita o Congresso Nacional

Tabho Mbeki manifesta ao presidente do Senado interesse de seu país em aumentar intercâmbio comercial e relações políticas com o Brasil

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o presidente da África do Sul, Tabho Mbeki, que está no país para estreitar as relações bilaterais e ampliar os contatos também com o Mercosul. O presidente sul-africano receberá, ainda, o título de doutor *honoris causa* da Uni-

versidade Federal da Bahia.

Em companhia do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Antonio Carlos deu as boas-vindas ao presidente sul-africano e destacou as afinidades entre as comunidades dos dois países, bem como o apoio do Congresso Nacional ao aumento do intercâmbio comercial e das relações políticas entre

o Brasil e a África do Sul.

O senador petista aproveitou a oportunidade para entregar ao presidente Mbeki cópias de suas propostas de renda mínima. A comitiva sul-africana, após a recepção no Salão Nobre do Senado, manteve encontro com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

Lançada edição em braile da Lei Orgânica de Assistência Social

O diretor-geral do Senado Federal, Agaciel Maia, representando a Casa, participou ontem, juntamente com o ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornêlas, do lançamento da obra *Lei Orgânica de*

Assistência Social, impressa em braile. A solenidade (foto), realizada no ministério, contou com a presença da cantora Kátia, deficiente visual, conhecida por interpretar canções de Roberto Carlos.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães
7h – Presidência sessão deliberativa ordinária
12h30 – Recebe João Alberto Capiberibe, governador do Amapá

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária
Eleição da Comissão Representativa do Congresso Nacional.
Pauta: PLC nº 115/2000, que dispõe sobre a incidência da contribuição para os programas PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nas operações de venda dos produtos que especifica; PLC nº 32/2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Integração Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação; PLC nº 42/2000, que aprova o Plano Nacional de Educação; PDL nº 5/98 que aprova o texto do Tratado de Extradição celebrado entre Brasil e a Coreia; PDL nº 184/2000, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e o Zimbábue; PDLs que outorgam permissão e autorização para execução de serviços de execução sonora em diversas localidades; PR nº 77/2000, que cria, no âmbito do Senado, a Universidade do Legislativo Brasileiro, entre outros.

COMISSÕES

9h – CPI do Roubo de Cargas
Pauta: depoimento de William Sozza. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2
9h30 – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Mensagem nº 253/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até R\$ 7,3 bilhões, entre o Brasil e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), destinada ao financiamento parcial de contratos comerciais a serem firmados com diversos fornecedores, para a importação de bens e serviços no âmbito do Programa de Modernização Gerencial e Reequipamento Hospitalar; Mensagem nº 254/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até R\$ 3 bilhões, de principal, entre o Brasil e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), destinada ao financiamento parcial da aquisição de bens e serviços no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; Mensagem nº 255/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de US\$ 18,2 milhões, entre o Brasil e o BankBoston, destinada ao financiamento do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; Mensagem nº 256/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de EUR 13,4 milhões, entre o Brasil e o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), destinadas ao financiamento do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; emendas de plenário oferecidas ao PLS nº 146/96, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação; Mensagem nº 245/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor total de US\$ 285 milhões, entre o Brasil e os Bank Hopalim B.N.L., Bank Leumi Le-Israel e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), destinadas ao financiamento do Programa de Modernização das Aeronaves F5, no âmbito do Plano de Reequipamento da Força Aérea Brasileira; e Mensagem nº 248/2000, que propõe seja ratificada a Resolução nº 57/95, do Senado, para que seja autorizada a ampliação do limite fixado para a execução do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, instituído pela Resolução nº 87/94, do Senado; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprova projetos contra a sonegação

Ao propiciar o aumento da arrecadação da União, as três propostas constituem as fontes permanentes exigidas pelo governo para bancar o aumento do salário mínimo. Textos seguirão agora para a sanção presidencial

Por unanimidade, o Senado aprovou ontem os projetos de lei que permitem à Receita Federal cruzar informações bancárias decorrentes do pagamento da CPMF com as declarações de rendimento e quebrar o sigilo bancário de suspeitos de sonegação sem necessidade de decisão judicial. Esses projetos são os mais polêmicos dos três aprovados, e permitirão um combate mais eficaz à sonegação. Com o crescimento da arrecadação, será possível aumentar para R\$ 180,00 o valor do salário mínimo. Os projetos agora vão à sanção presidencial, já que não houve mudanças em relação aos textos aprovados na Câmara.

O terceiro projeto muda o Código Tributário para permitir o combate à elisão fiscal — as brechas da legislação usadas para evitar o pagamento de impostos. Quinze senadores falaram a favor dos projetos. O primeiro foi Amir Lando (PMDB-RO), relator do Orçamento 2001, para quem, diante de interesses coletivos, não há o que argüir em nome da proteção do indivíduo e da co-

bertura da sonegação. Portanto, segundo ele, não há como argumentar com violação de privacidade e de sigilo de informações.

Em nome do PSB, Roberto Saturnino (RJ) afirmou que os projetos constituirão um marco histórico no esforço brasileiro de eliminar uma das maiores iniquidades do país — a sonegação.

Ao apoiar as três iniciativas, Paulo Hartung (PPS-ES) disse que o Senado está entregando à Receita Federal as ferramentas adequadas para o combate ao caixa dois, à lavagem de dinheiro e a outras infrações financeiras. Já Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que não existe nenhum dispositivo na Constituição protegendo o sigilo bancário e invocou voto vencedor do ex-ministro Francisco Rezek, no Supremo Tribunal Federal, subscrevendo esse entendimento. Pedro Simon (PMDB-RS) definiu a sessão como memorável, apontando os projetos entre os mais



Plenário aprovou por unanimidade os projetos contra a sonegação e 15 senadores se pronunciaram destacando a importância das matérias

importantes votados no Congresso. Já o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que o Senado estava dando uma demonstração de maturidade ao votar matéria de tão grande importância.

Jefferson Péres (PDT-AM) ironizou o argumento de que o sigilo bancário é cláusula pétrea da Constituição. “Tenho ouvido tantas alusões a cláusulas pétreas que isso

ameaça se transformar numa pedreira”, comentou. José Eduardo Dutra (PT-SE) ressaltou que o Legislativo estava também rompendo uma tradição na forma de votar projetos, já que a Câmara sempre foi vista como a Casa mais “progressista”, enquanto o Senado fazia o papel de Casa mais “conservadora”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que os projetos resultaram da CPI

do Sistema Financeiro e da necessidade de se combater a evasão fiscal. No mesmo sentido falou Heloísa Helena (PT-AL), acrescentando que o direito ao sigilo bancário não deve ser entendido como direito absoluto quando o interesse público está em jogo.

Lúcio Coelho (PSDB-MS) afirmou que os três projetos vão mudar a maneira de pensar da sociedade, pois muitos ainda acham que sonegar impostos não é crime. Para Roberto Freire (PPS-PE), o que as votações deixaram claro é que o Brasil começou a ser um país mais democrático e civilizado.

O líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que os três projetos mudam o país. Para Renan Calheiros (PMDB-AL), mais uma vez o Congresso demonstrou que não falta ao país. Já Sérgio Machado (PSDB-CE) comentou que a votação dos projetos mostra que o Senado cumpre seu papel ao propiciar um salário mínimo mais justo.



Para Amir Lando, não há como argumentar com violação de privacidade e de sigilo de informações

Informações da CPMF poderão ser confrontadas com declarações de renda

O primeiro projeto aprovado ontem pelo Plenário do Senado foi o que permite que as informações referentes ao recolhimento da CPMF, prestadas pelos bancos à Secretaria da Receita Federal, sejam utilizadas para verificar a existência de sonegação de impostos e propiciar sua cobrança.

O projeto é um dos que permitirão o aumento do salário mínimo para R\$ 180, a partir de abril do próximo ano. A lei atual veda o uso das informações da CPMF para verificação de crédito tributário, o que o governo considera incompatível com a Constituição,

que confere à administração tributária a faculdade de identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades dos contribuintes brasileiros.

Amparada no texto aprovado, a Receita Federal poderá agora utilizar dados da CPMF em processos movidos contra acusados de sonegação. A decisão do Plenário garantirá à Receita um instrumento para verificar, por exemplo, por que as declarações de renda de empresas que recolhem grandes quantias em CPMF não são compatíveis com suas movimentações financeiras.

Alteração no Código Tributário tornará mais difícil a elisão fiscal

Deliberando sobre o segundo projeto que permitirá o aumento do salário mínimo, o Senado aprovou texto alterando o Código Tributário para punir a elisão fiscal — o uso abusivo de brechas na legislação para reduzir o Imposto de Renda.

Com isso, a incidência do Imposto de Renda passa a depender da

denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção do recurso.

Com a mudança, a autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimu-

lar a ocorrência de fato gerador ou a natureza dos elementos que constituem a obrigação tributária. O projeto também reduz as possibilidades de demandas judiciais meramente protelatórias. Para o governo, o texto propicia maior equilíbrio entre os direitos do contribuinte e os interesses da coletividade.

Receita Federal terá acesso a dados de contas bancárias

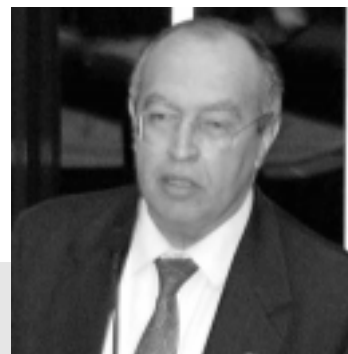
Ao apreciar o projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) flexibilizando o sigilo das operações bancárias, o Plenário aprovou a terceira proposta que permitirá o aumento do salário mínimo.

O projeto dá à Secretaria da Receita Federal acesso aos dados bancários de qualquer cidadão sem necessidade de autorização judicial. Mas diz que os agentes fiscais tributários somente poderão acessar esses dados quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fis-

cal em curso.

O relator da matéria, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que o texto consiste no instrumento desejado pela Receita para obter informações destinadas à cobrança de impostos. Ele restaurou o projeto original, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), acolhendo apenas algumas das modificações introduzidas pelo substitutivo da Câmara.

Entre essas alterações, foram acolhidas as que tornam mais rigorosas as penas impostas a quem se recusa a prestar informações



Lúcio Alcântara é autor do projeto que flexibiliza o sigilo bancário, aprovado pelo Plenário do Senado

solicitadas e a quem realiza a quebra de sigilo de forma irregular. O dispositivo aprovado na Câmara que amplia a punição a servidor público que quebra o dever do sigilo também foi mantido no texto.

Quebrado o sigilo de Ricardo Teixeira e de mais 41 dirigentes de futebol

Senadores decidem abrir as informações bancárias e fiscais do presidente da CBF, de dirigentes e ex-dirigentes de 16 clubes e dos presidentes das seis principais federações estaduais de futebol

A CPI do Futebol Brasileiro aprovou ontem, por sete votos a seis, a quebra dos sigilos bancário e fiscal do presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, no período de 1995 a 2000. Re-caem sobre Teixeira indícios de ter cometido ato ilícito, conforme o autor do requerimento de quebra dos sigilos e relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

Com o plenário dividido em relação ao requerimento, Althoff pediu "um voto de confiança" aos membros da comissão, já que estrategicamente preferia não informar o teor dos indícios. O presidente da CPI, Álvaro Dias (PSDB-PR), desempatou a votação.

Foram aprovados outros 41 requerimentos de quebra dos sigilos bancário e fiscal de outros dirigentes e ex-dirigentes da CBF e dos clubes Vasco da Gama, Botafogo, Flamengo, Fluminense, São Paulo, Palmeiras, Corinthians, Santos, Guarani, Atlético Mineiro, Cruzeiro, Internacional, Grêmio e Vitória; e dos presidentes das federações estaduais de futebol do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná



A quebra do sigilo de Ricardo Teixeira provocou grande debate e foi aprovada por sete votos a seis



e Distrito Federal.

Entre os dirigentes de clubes a serem seus registros bancários e telefônicos investigados, está o deputado federal e presidente do Vasco, Eurico Miranda (PPB-RJ), membro da CPI da Câmara que investiga o contrato entre a CBF e a empresa de materiais esportivos Nike. Estão também no rol dos investigados o ex-presidente do Botafogo e dono do Ibope, Carlos Augusto Montenegro; o presidente do Palmeiras, Mustafá Contursi Goffar Majzoub; o deputado federal Zezé Perrela (PFL-MG), presidente do Cruzeiro; e o presidente do Corinthians, Alberto Dualibi.

— A aprovação dos 42 requerimentos foi o fato mais importante desta sessão da CPI, porque sem a quebra de sigilo a CPI fica entre a palavra de um depoente e outro e perde substância — disse ao final da reunião de ontem o senador Álvaro Dias.

O requerimento de quebra dos sigilos bancário e fiscal de Ricardo Teixeira teve a oposição dos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Renan Calheiros (PMDB-AL). Eles argumentaram que o procedimento mais adequado seria aprovar a quebra do sigilo depois de o dirigente ter sido ouvido, de forma a basear o requerimento num fato justificável. O argumento foi rejeitado. Além disso, tanto Cabral quan-

to Calheiros alertaram para a possibilidade de o requerimento ser derubado no Supremo Tribunal Federal (STF), sob o argumento de tentativa de coação da CPI sobre Teixeira. Mas o próprio presidente da CBF ofereceu suas informações bancárias, comprometendo-se inclusive a enviar à comissão dados de sua conta no Delta Bank dos Estados Unidos.

— O caráter investigativo da CPI ficará prejudicado se não pudermos quebrar o sigilo — afirmou o senador Geraldo Althoff antes da votação.

Ele acrescentou que o levantamento das informações requeridas deverá municiar os assessores da comissão durante o recesso parlamentar.

CBF fez seis empréstimos com banco norte-americano

O presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, disse ontem, no depoimento à CPI do Futebol, que a entidade tomou seis empréstimos ao Delta National Bank, dos EUA. Todas as operações, afirmou ele, foram feitas dentro da legalidade e aprovadas pelo Banco Central.

O relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), pediu cópias dos contratos entre a CBF e o banco e concentrou seus questionamentos sobre um dos empréstimos, de US\$ 7 milhões, firmado em outubro de 98. Segundo Teixeira, havia na época uma crise no mercado financeiro internacional devido à situação econômica na Rússia, o que reduziu a oferta de crédito.

Conforme Teixeira, ante a recusa de bancos nacionais de emprestar recursos à entidade, a única opção foi recorrer a um banco estrangeiro, correndo o risco cambial embutido na operação em dólar. Ele acrescentou que a taxa de juros do contrato foi de 10,91% ao mês, enquan-



Althoff pediu cópias dos contratos entre a CBF e o Delta Bank

to o custo de desconto de promissória no Brasil era superior a 12%.

Ele ofereceu à CPI cópias dos contratos, completando que a CBF tomou empréstimos para suprir necessidades de caixa devido ao fato de a entidade antecipar as receitas do ano seguinte, já que os pagamentos da Nike acontecem em janeiro.

Ricardo Teixeira informou que a CBF foi alvo de dois processos da Receita Federal. Em um deles, pagou multa de R\$ 1,5 milhão. O outro, referente à multa paga na rescisão contratual com a Umbro, antecessora da Nike, ainda tramita na Secretaria da Receita Federal.

Teixeira revelou que o orçamento anual da CBF gira em torno de R\$ 70 milhões anuais e que ele recebeu R\$ 297 mil da entidade em 1999 a título de remuneração.

Falando depois que já havia sido aprovado requerimento nesse sentido, o presidente da CBF autorizou a CPI a quebrar seu sigilo bancário — inclusive da conta que mantém no Delta Bank desde 1997 — e fiscal para esclarecer eventuais dúvidas.

PRINCIPAIS REQUERIMENTOS APROVADOS PELA CPI DO FUTEBOL

- Quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do presidente da CBF, Ricardo Teixeira
- Quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Lake Blue, que negocia passes de jogadores
- Quebra dos sigilos bancários dos clubes e envio de cópias de contratos de imagem do Vasco da Gama, Flamengo, Fluminense, Botafogo, São Paulo, Santos, Palmeiras, Corinthians, Guarani, Cruzeiro, Atlético Mineiro, Grêmio, Internacional, Atlético Paranaense, Coritiba e Vitória
- Quebra dos sigilos bancário e fiscal dos presidentes do Vasco da Gama (Eurico Miranda), Palmeiras (Mustafá Contursi Goffar Majzoub) e Corinthians (Alberto Dualibi)
- Quebra dos sigilos bancário e fiscal dos seguintes dirigentes e ex-dirigentes da CBF: Carlos Eugênio Lopes, Alfredo Nunes, Osório Ribeiro Lopes da Costa, José Carlos Salim e Marco Antônio Teixeira
- Quebra dos sigilos bancário e fiscal das federações de futebol (e respectivos presidentes) de Minas Gerais (Elmer Guilherme Ferreira), Rio de Janeiro (Eduardo Augusto Viana da Silva), São Paulo (Eduardo José Farah), Paraná (Onaireves Nilo Rolim de Moura), Rio Grande do Sul (Emídio Odólio Perondi) e Distrito Federal (Weber Magalhães)
- Quebra dos sigilos bancário e fiscal dos ex-presidentes de clubes Paulo Rogério Amoretty e Pedro Paulo Zachia (Internacional), Fábio André Koff (Grêmio), Edmundo dos Santos Silva e Kleber Leite (Flamengo), Antonio Soares Calçada (Vasco), Carlos Augusto Montenegro e José Luiz Rolim (Botafogo), Álvaro Barcelos (Fluminense), José Perrela de Oliveira Costa e César Masci (Cruzeiro), Paulo Cury (Atlético Mineiro), Fernando Casal de Rey (São Paulo), Samir Jorge Abdul-Hak (Santos), Luiz Roberto Zini (Guarani) e João Jacob Mehl (Coritiba)
- Solicitação de cópias dos processos instaurados pelo Ministério Público para apurar fraudes fiscais e cambiais na transferência de jogadores brasileiros ao exterior
- Requerimento para depoimento de representante da Associação Brasileira das Empresas de Rádio e TV
- Solicitação de informações a dirigentes russos sobre partida entre Brasil e Rússia em 1996
- Solicitação de depoimento à Polícia Federal de Juan Figger a respeito da atuação da empresa MJF



Álvaro: contratos não tiram CBF da crise

Senador afirma que somente “incompetência” na gestão do futebol pode explicar o fato de a confederação, mesmo com negócios vantajosos, permanecer em dificuldades econômicas

Na opinião do presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, não respondeu como os contratos da CBF, mesmo vantajosos, não são suficientes para resolver as dificuldades econômicas da entidade. Para ele, esse fato só pode ser explicado por incompetência na gestão do futebol.

Em seu depoimento, Teixeira afirmou que a crise do futebol não está restrita ao Brasil. Ele comentou que na Inglaterra, por exemplo, apenas um clube – o Man-

chester United – não está em dificuldades financeiras. Teixeira atribuiu os problemas aos altos salários pagos a jogadores e demais profissionais envolvidos no futebol profissional.

Segundo Teixeira, o futebol brasileiro precisa diversificar suas receitas. Entre 70% e 75% dos recursos arrecadados, informou, provêm de contratos para transmissão dos jogos pelo rádio e pela TV, enquanto que, no resto do mundo, esse percentual não chega a 40%.

– A crise é tão nítida que o Senado criou uma CPI para discutir o

assunto. Creio que daqui podem sair soluções – disse Teixeira.

Ao senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Teixeira afirmou que nunca exerceu pressão para que empresas jornalísticas demitsem profissionais que realizam a cobertura do futebol.

Teixeira também negou que tenha se manifestado a favor da lei do passe. Ele esclareceu sua posição dizendo que o clube responsável pela formação do atleta deve receber uma indenização, como acontece em outras atividades profissionais.

– Se a lei do passe fosse boa, os

clubes não estariam em dificuldade. O passe fere o direito do cidadão de ir e vir, a liberdade de o cidadão trabalhar onde desejar. Está na hora de a gente enfrentar esse problema à luz dos direitos humanos – reclamou Antero.

O senador também solicitou de Teixeira informações sobre os gastos da CBF com o campeonato de favelas, disputado em 1997 e 1998. Antero informou que relatório de 1998 aponta gastos de R\$ 700 mil usados para aluguel de campos. Porém, disse, o campo do Centro de Treinamento da Marinha é que foi usado na competição.



Álvaro Dias, presidente da CPI do Futebol, questionou a falta de explicação para crise na CBF

Contribuição de entidade a políticos é confirmada

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) contribuiu para as campanhas eleitorais dos deputados federais Eurico Miranda (PPB-RJ) e Darcísio Perondi (PMDB-RS) em 1998. A informação foi prestada pelo presidente da CBF, Ricardo Teixeira, na CPI do Futebol, em resposta ao senador Antero Paes de Barros (PSDB-MS). Os dois parlamentares são ligados ao futebol nacional.

Teixeira argumentou que as contribuições estão de acordo com a legislação eleitoral e foram registradas na contabilidade da entidade. Na sua opinião, ajudar políticos é uma prática comum a todos os segmentos que buscam ter representantes no Parlamento. Porém, o presidente da CBF afirmou não lembrar se contribuiu com material esportivo para a campanha de Alfredo Nunes, que foi vice-presidente da entidade, à prefeitura de Regeneração (PI).

Sobre a relação da empresa de material esportivo Nike com a CBF, Teixeira afirmou não ter dúvidas de que o contrato beneficia a entidade. Para chegar a essa conclusão, ele comparou os recursos que a CBF recebe da empresa por ano (cerca de US\$ 16 milhões) com contratos de outras seleções. Segundo ele, nenhuma seleção recebe mais que 60% do valor pago à CBF pela Nike. Para ilustrar isso, o presidente da CBF ofereceu cópia do contrato da Associação de Futebol da Argentina (AFA) com a



Antero de Barros questionou Teixeira sobre contribuições às campanhas de Miranda e Perondi

Reebok, pelo qual recebe US\$ 8 milhões por ano.

No caso do cheque de R\$ 600 mil pago pelo ex-técnico da seleção brasileira Wanderley Luxemburgo à CBF, o presidente da entidade explicou que o pagamento se refere a ressarcimento de antecipações salariais feitas em 1999. Teixeira afirmou que o departamento financeiro da CBF preferiu receber o dinheiro de volta de Luxemburgo a descontar o valor de pagamento feito ao treinador em setembro daquele ano.

Teixeira também confirmou que a CBF já assinou contratos com a Traffic para explorar os direitos de imagem da Seleção Brasileira durante as eliminatórias das copas de 2006 e 2010. Apesar de não estar mais à frente da entidade na vigência do acordo ou não saber se a Seleção precisará disputar eliminatórias, o presidente da CBF considera esse tipo de comportamento comum

na área esportiva e citou exemplos de acordos entre federações internacionais de esportes e empresas esportivas.

Ao senador Gerson Camata (PMDB-ES), Teixeira informou que a CBF não recebe, direta ou indiretamente, dinheiro público desde 1990, quando a entidade abriu mão de recursos oriundos da loteria esportiva. O presidente da CBF também disse que irá encaminhar à CPI estudo da Fundação Getúlio Vargas sobre alterações no calendário do futebol brasileiro.

Em resposta ao senador Geraldo Cândido (PT-RJ), Teixeira afirmou que, segundo esse estudo, a entidade pretende retomar o controle sobre a organização dos campeonatos, hoje em mão de empresas e de outras entidades como o Clube dos 13.

– O estudo da FGV e o trabalho da CPI podem trazer muitas contribuições para a organização do futebol nacional – afirmou.

Dirigente garante que não conhece a “embaixada”

O presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, afirmou ontem perante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol Brasileiro que desconhece a existência da *embaixada*, local onde teriam ocorrido reuniões de dirigentes e empresários para negociar jogadores. A existência da *embaixada*, uma mansão já demolida na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, foi revelada em depoimento à CPI pela ex-procuradora do técnico Wanderley Luxemburgo Renata Moura Alves.

Teixeira disse que desconhecia a *embaixada* ao responder à pergunta dos senadores Maguito Vilela (PMDB-GO) e Sebastião Rocha (PDT-AP). A Maguito, o presidente da CBF disse que a entidade não tem ingerência nos contratos e negócios do Clube dos Treze, entidade que reúne os 20 maiores clubes de futebol do país.

Maguito Vilela questionou sobre as denúncias de lavagem de dinheiro em operações de compra e venda de jogadores para clubes no exterior. Teixeira disse desconhecer operações ilegais e lembrou que foi por meio do registro de transferências na CBF que o Banco Central pôde apurar irregularidades cambiais. O senador lembrou que, como relator da CPI dos bingos, sugeriu a mudança legal que levou

à obrigatoriedade do registro.

Teixeira reconheceu, diante de outra questão levantada por Maguito, que o horário dos jogos de futebol no meio da semana é determinado pelas emissoras de televisão e pelos patrocinadores. O senador criticou o horário das 22h para partidas de futebol, que segundo ele expõe à violência o torcedor que vai ao estádio.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) concentrou suas perguntas na participação de intermediários na contratação de amistosos da Seleção Brasileira. O senador leu trechos de faxes trocados entre a CBF e o empresário Juan Figger para promoção de um jogo entre o Brasil e a Rússia, em 1996, e perguntou qual o papel e o interesse de Figger na partida. Teixeira prometeu responder ao senador em 48 horas.

Sebastião Rocha questionou o presidente da CBF sobre o contrato de direito de imagem firmado entre a CBF e a empresa Traffic. O contrato foi modificado para que vantagens da Traffic fossem repassadas à Nike, segundo Teixeira. Entretanto, os detalhes da negociação não foram esclarecidos pelo presidente da CBF, que alegou não ter em mão cópias dos anexos do contrato.



Maguito Vilela perguntou sobre as relações da CBF com o Clube dos Treze



A comissão, presidida pelo senador José Sarney (C), também aprovou a isenção da CPMF para representantes de governos estrangeiros

CRE aprova a indicação de quatro embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou na manhã de ontem a indicação do diplomata Jório Salgado Gama Filho para exercer o cargo de embaixador do Brasil na África do Sul.

Também foram aprovados os nomes de Helder Martins de Moraes, para o cargo de embaixador na Ucrânia; de Luiz Antonio Jardim Gagliardi, para embaixador na Islândia; e de Oto Agripino Maia, para acumular o cargo de embaixador na Santa Sé com o de representante junto à Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém,

de Rodas e de Malta.

Foi ainda aprovado o projeto de lei que isenta da CPMF os representantes de governos estrangeiros sem residência permanente no Brasil. A isenção beneficia ainda os parentes que vivam no Brasil com eles. O relator foi o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

A comissão aprovou ainda dois acordos internacionais. O primeiro trata da cooperação entre países de língua portuguesa, e foi firmado em Cabo Verde. O segundo, celebrado com os Estados Unidos, contém o texto do Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal.



O ex-presidente da República Juscelino Kubitschek e o engenheiro Bernardo Sayão, em quadro de Nilde Campos

Nilde Balzi Campos expõe até amanhã no Anexo II

Estão em exposição no Anexo II do Senado Federal até amanhã obras da artista plástica Nilde Balzi Campos. A artista é formada em Buenos Aires e tem 54 anos de carreira e sete de estudos. Nilde foi aluna de Portinari, Di Cavalcanti, Edmundo Migliaccio e Fichter, entre outros, e já pin-

tou vários estilos. As obras em exposição no Senado são impressionistas. A artista também é pianista, compositora, poetisa e escritora. Nilde Campos tem obras vendidas em diversos países e seus quadros já fizeram parte de várias exposições internacionais.

CAS aprofunda estudos sobre restrições ao uso de silicone

O senador Pedro Simon pede vista do projeto para examinar o assunto com mais atenção, e votação da matéria fica para 2001

O projeto que proíbe o uso de silicone líquido no organismo humano, com exceção apenas para casos de descolamento de retina, será votado somente no próximo ano pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O motivo foi o pedido de vista feito pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que pretende estudar mais profundamente o assunto. A CAS encerrou as atividades ontem e voltará a se reunir somente em fevereiro de 2000.

O relator da matéria, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), apresentou texto substitutivo à proposta original condicionando o uso da prótese de silicone à autorização por escrito, por parte do paciente. O paciente também deve receber todas as informações sobre os riscos e vantagens da utilização do silicone. A autorização, segundo ele, é necessária, uma vez que alguns médicos fazem sérias restrições à prótese de silicone, incluindo a mamária, por apresentar riscos de câncer e doenças auto-imunes.

Sebastião Rocha, que é médico, informou que o silicone líquido vem sendo muito utilizado no campo da dermatologia, principalmente para preenchimento de rugas com fins estéticos. Ele alertou que o procedimento pode provocar deformação de órgãos, "não se excluindo o risco de cegueira". E disse que o projeto também colocará um fim ao uso indiscriminado e ilegal do silicone lí-

quido em todo o país.

Durante a discussão do projeto, Sebastião Rocha negou que tenha cedido a pressões de quaisquer setores na elaboração do relatório final. Disse que apenas foi procurado por representantes de várias entidades — entre os quais, dirigentes da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica —, que fizeram gestões no sentido de ser retirada do projeto a autorização do paciente por escrito para a implantação de prótese de silicone. "Mas tudo foi feito dentro da ética e do respeito mútuo", afirmou.

O presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), elogiou o trabalho realizado por Sebastião Rocha e disse que o relatório "é ético, sério e baseado em pesquisas científicas". A senadora Heloísa Helena (PT-AL) também saiu em defesa do senador e garantiu que Sebastião Rocha "é um parlamentar digno e que jamais cederia a pressões destinadas a beneficiar qualquer setor".

O projeto de Sebastião Rocha prevê autorização por escrito do paciente submetido à cirurgia com uso de silicone



VOTAÇÕES

Também ficou para ser votado no próximo ano projeto do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que concede o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores sazonais, safristas e aos contratados por prazos curtos, bem como o do senador licenciado Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), que institui o Programa Especial de Renda Mínima à população das regiões afetadas pela seca. Foi concedida vista coletiva desses projetos.

A Comissão de Assuntos Sociais também resolveu adiar a votação do projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que regulamenta a profissão de cerimonialista e cria os respectivos Conselho Federal e conselhos estaduais. Também ficou para fevereiro de 2001 a votação do projeto que permite aos hospitais universitários destinar parte de seus leitos a pacientes que se disponham a pagar pela assistência prestada.



SERRA ENTRA PARA A GALERIA DE EX-PRESIDENTES DA CAE

A foto do senador licenciado e atual ministro da Saúde, José Serra, já faz parte da galeria de ex-presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Serra presidiu a comissão

de 1997 a 1998. O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao descerrar ontem a placa com a foto do ministro, destacou o trabalho de Serra à frente da comissão.

Exame das concessões de radiodifusão poderá mudar

Senadores aprovam na Comissão de Justiça projeto de resolução que fixa prazo de 60 dias para que a Comissão de Educação reveja as normas usadas na análise dos atos de outorga e renovação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de resolução do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) fixando em 60 dias o prazo para que a Comissão de Educação reveja as normas usadas pelo Senado Federal no exame dos atos de outorga e renovação para exploração de serviço de radiodifusão realizados pelo Poder Executivo.

O projeto, relatado na CCJ pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), determina a revogação da Resolução 39/92. O exame dos atos de outorga e renovação em tramitação ficaria suspenso até a aprovação de nova resolução definindo as novas normas para aprovação das concessões, permissões e autorizações de radiodifusão. A matéria será ainda votada em plenário.

Fogaça acatou, em seu relatório, as emendas introduzidas pelo relator da matéria na Comissão de Educação (CE), senador Gerson Camata (PMDB-ES). Elas estabelecem que as emissoras deverão comprometer-se a atender os princípios estabelecidos na Constituição para a radiodifusão. São eles a preferência para finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; a promoção da cultura nacional e regional, com estímulo à produção independente; a regionalização da

produção cultural, artística e jornalística, e o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

— A definição de um elenco de critérios que permitam ao Senado ir além do mero exame dos aspectos técnicos dos atos de outorga e renovação para a exploração do serviço de radiodifusão constitui medida fundamental com vistas a tornar efetiva a aplicação dos princípios de democratização da comunicação constantes da Carta Magna — argumentou Fogaça.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) louvou a iniciativa, ressaltando, porém, que os senadores devem ter muito cuidado para que não se tornem “instrumentos para tentativas de cerceamento da liberdade de expressão”.

CRÉDITO RURAL

A CCJ aprovou parecer favorável à constitucionalidade e juridicidade do projeto de lei do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que

reduz os encargos financeiros dos créditos rurais para empreendimentos nas áreas de atuação das superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). O projeto determina que estes encargos — que compreendem juros e atualização monetária — não excederão a 40% das taxas e índices vigentes nas demais regiões do país, no caso de micro e pequenos produtores.

Para os médios produtores, os encargos poderão atingir, no máximo, a 60% das taxas e índices em vigor nas demais regiões, de acordo com o projeto aprovado. Já os encargos para os grandes produtores poderão chegar a 80% dessas taxas e índices. O exame da matéria pela CCJ foi pedido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator na CCJ, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), rejeitou emenda apresentada pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), que reduzia esses índices para 20%, 30% e 50%.



A CCJ aprovou o relatório de Fogaça (ao microfone) favorável à alteração proposta por Alcântara

CCJ aprova projeto que altera delimitação de terrenos de marinha

Projeto de lei do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que altera a delimitação dos chamados terrenos de marinha foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Pelo texto aprovado na CCJ, o terreno de marinha passa a ser definido como aquele que se encontra até 33 metros da preamar (maré alta) média do ano 2000, e não mais de 1831, como ocorre desde a edição do Decreto-Lei 9.760, de 1946. A proposta, que recebeu parecer favorável do senador Roberto Freire (PPS-PE), foi aprovada em caráter terminativo, ou seja, a matéria somente será votada em plenário se for apresentado requerimento nesse sentido. Do contrário, segue diretamente para a apreciação pela Câmara dos Deputados.

O projeto visa acabar com a insegurança jurídica que a regra vigente, extremamente desatualizada, traz para os ocupantes de tais terrenos. De acordo com o autor do projeto, senador Paulo Hartung, há centenas de prédios

edificados em aterros que distam, em alguns casos, centenas de metros da praia e, no entanto, ainda são considerados terrenos de marinha. Seus ocupantes não têm o domínio pleno do imóvel, mas apenas seu “domínio útil”, pagando taxas de ocupação (laudêmio) e de transferências muitas vezes cumulativas com o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e ITBI (Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis).

O autor acrescenta que, além da óbvia dificuldade de se determinar a preamar média de 1831, algumas cidades litorâneas enfrentam grande dificuldade de cumprir determinações constitucionais, como a execução da política de desenvolvimento urbano. O

projeto transfere para os municípios o domínio das áreas atualmente cedidas, locadas, arrendadas ou aforadas a particulares pela União.

A exemplo do relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Jefferson Péres (PDT-AM), Roberto Freire aceitou as emendas apresentadas pelo autor ao projeto original. A primeira delas retorna a delimitação da área de marinha para 33 metros a partir da orla do mar, dos rios e lagoas. A segunda altera a medição da maré para a preamar média do ano 2000, já que o projeto, apresentado ano passado, trazia para efeito de medição o ano de 1999.

A terceira possibilita que os municípios vendam os terrenos transferidos, desde que os recursos auferidos sejam utilizados para capitalização dos fundos de previdência de servidores municipais ou no abatimento de dívidas junto à União. A quarta emenda explícita que mesmo as áreas ocupadas



Jefferson Péres, relator da matéria na CAE, aceitou emendas ao projeto de Paulo Hartung

irregularmente serão transferidas da União para os municípios. A última emenda mantém com a Marinha os terrenos destinados a treinamento militar e à sinalização de navegação, mesmo que não tenham edificações. Por sugestão do senador José Fogaça, foi retirada a exigência que a utilização desses terrenos por órgãos ou entidades da administração federal tivesse sido protocolada junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) até 1º de janeiro deste ano.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) chegou a pedir vista da matéria, mas recuou ante o pedido do autor. Hartung salientou que o consenso em torno do projeto e das emendas que apresentou foi obtido após consulta a todas as partes interessadas.

Emilia debate o papel das mulheres nos 500 anos do Brasil

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) e a pedagoga Schuma Schumacher são as convidadas do programa *Cidadania*, da TV Senado, que vai ao ar hoje. O dicionário *Mulheres do Brasil*, escrito pela pedagoga, é a base para um debate sobre a importância da mulher nos 500 anos de história do Brasil. “É um resgate com sensibilidade e aprofundamento histórico do que a história tradicional não trouxe nos livros”, afirma a senadora, que também

é líder da bancada feminina no Congresso Nacional. O programa *Cidadania* vai ao ar às 6h30, 13h30 e 19h30.

MADEIREIRAS

O programa *Entrevista*, que a TV Senado exibe hoje, traz como tema as madeireiras na região amazônica. O convidado, senador Moreira Mendes (PFL-RO), considera possível a exploração racional de madeira na região sem risco de devastação da floresta. O programa deve ser exibido às 7h30.



Emilia Fernandes é convidada do programa *Cidadania*, que vai ao ar hoje pela TV Senado



Comissão Mista de Orçamento aprova exigência de mais detalhes sobre uso dos recursos do FAT

CMO aumenta em R\$ 216 milhões verbas para programas sociais

Parlamentares aprovam relatório setorial que envolve os ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o relatório setorial que envolve os ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, aumentando as verbas dos seus programas sociais para as populações mais pobres em R\$ 216 milhões. Estes novos recursos sairão de emendas dos deputados e senadores.

O orçamento dos dois ministérios conta com o maior volume de recursos de todo o Executivo, chegando a R\$ 92,49 bilhões. Deste valor, R\$ 81,9 bilhões serão administrados pela Previdência e R\$ 10,58 bilhões pelo Ministério do Trabalho. Todo o dinheiro sairá das contribuições previdenciárias dos trabalhadores e empresas (R\$ 62,6 bilhões) e de dotações provenientes de impostos e contribuições sociais e até mesmo do combate à sonegação (R\$ 29,89 bilhões). As contribuições previdenciárias serão insuficientes para que a Previdência pague 19 milhões de aposentados e usuários de seus benefícios, levando o Executivo a cobrir o déficit, projetado em R\$ 10,1 bilhões no próximo ano.

Descontados os gastos obrigatórios da Previdência, exatamente R\$ 5,2 bilhões dos dois ministérios se destinam a programas sociais de apoio à velhice, à erradicação do trabalho infantil, à qualificação profissi-

OS PROGRAMAS SOCIAIS DA PREVIDÊNCIA E DO TRABALHO	
	Em R\$ milhões
Ministério da Previdência e Assistência Social	
Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência	2.604,6
Valorização e Saúde do Idoso	1.445,1
Atenção à Criança	261,2
Erradicação do Trabalho Infantil	297,3
Centros da Juventude	36,1
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	6,3
Ministério do Trabalho e Emprego	
Desenvolvimento da Educação Profissional	30,0
Erradicação do Trabalho Infantil	2,9
Qualificação Profissional do Trabalhador	497,4
Geração de Emprego e Renda	26,8
Erradicação do Trabalho Escravidor e Degradante	1,4
TOTAL	5.209,1

onal e à geração de empregos, entre outros. Isso significa que esses ministérios ficarão encarregados de administrar 28% de todos os programas sociais a serem executados em 2001 pelo governo federal.

O maior programa de assistência dos dois ministérios é o pagamento de meio salário mínimo a idosos e deficientes pobres, que soma R\$ 2,5 bilhões. O relator setorial dessa área, deputado Almir Sá (PPB-RR), observou em seu trabalho que o governo está aumentando substancialmente os gastos com o salário-maternidade, passando de R\$ 87 milhões neste ano para R\$ 1 bilhão em 2001. Isso se deve à vigência de lei que ampliou a cobertura do salário-maternidade a todas as seguradas da Previdência e à transferência da res-

ponsabilidade do pagamento do benefício das empresas para o Ministério da Previdência.

O Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT), financiado pelo recolhimento do PIS-Pasep das empresas, consta do relatório setorial com uma previsão de receitas de R\$ 9,55 bilhões. Por lei, o dinheiro financia programas de treinamento profissional, paga o salário-desemprego e uma parte é usada pelo BNDES no financiamento de programas de desenvolvimento. Almir Sá sugeriu que o Congresso passe a opinar sobre as prioridades do BNDES ao usar o dinheiro do FAT e propôs a inclusão, na próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias, de artigo exigindo uma demonstração da provável aplicação dessas verbas. A Comissão de Orçamento concordou.

CAE vota empréstimos externos na última reunião deste ano

Hoje, às 9h30, será realizada a última reunião do ano da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Entre os itens em pauta, será examinado relatório do senador Wellington Roberto (PMDB-PB) favorável a operação de crédito no valor de US\$ 285 milhões entre o Brasil e os bancos Bank Hapoalim, Bank Leumi Le-Israel e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) para a modernização das aeronaves F5, no âmbito do Plano de Reequipamento da Força Aérea Brasileira.

A comissão examinará ainda três autorizações de crédito para o Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários. A primeira autoriza operação de crédito no valor de 8,3 bilhões de ienes entre o Brasil e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC). Outra autoriza negociação no valor de US\$ 18,2 milhões entre o Brasil e o BankBoston. A última operação a ser avaliada pela CAE para esse programa envolve o valor de US\$ 13,4 milhões e será realizada entre o Brasil e o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA). A CAE examinará também relatório favorável a operação de crédito entre o

Brasil e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no valor de 7,3 bilhões de ienes. Os recursos destinam-se ao Programa de Modernização Gerencial e Reequipamento Hospitalar.

Estão ainda na pauta da comissão duas matérias terminativas. A primeira é de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), recebeu parecer favorável do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), e torna obrigatório o exame e a aprovação, pelo Senado, de eventuais aumentos nas alíquotas do imposto de importação, salvo as variações decorrentes de acordos internacionais. Jefferson acredita que o Brasil tem se caracterizado como um parceiro internacional instável por freqüentemente alterar as alíquotas desse imposto. Com a submissão ao Senado, ele espera uma maior estabilidade.

O outro projeto terminativo na pauta da CAE é do ex-senador Joel de Hollanda e recebeu relatório favorável do senador José Eduardo Dutra (PT-SE). A matéria trata do regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE). Por serem terminativas, as matérias só serão examinadas pelo Plenário se houver pedido dos senadores.

Paulo Hartung elogia trabalho de Vitória no atendimento à infância

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) manifestou satisfação diante dos números da pesquisa patrocinada pelo Fundo de Desenvolvimento da Infância das Nações Unidas (Unicef) em que a cidade de Vitória apresentou os melhores índices de



Paulo Hartung lamenta o "imobilismo" do governo no setor de saneamento

atendimento à infância entre as capitais brasileiras. Na qualidade de ex-prefeito da cidade, Hartung garantiu que Vitória tem a melhor rede de atendimento pré-escolar no Brasil.

O senador afirmou que, apesar dos índices razoáveis de algumas cidades, muito ainda está por fazer. No setor de abastecimento de água e rede de esgoto, por exemplo, somente 51,5% do total de

domicílios urbanos brasileiros dispõem de atendimento adequado. Enquanto isso, o governo federal destinará, no Orçamento de 2001, R\$ 2,5 bilhões para investimentos no setor, quando seriam necessários R\$ 50 bilhões para estender a rede à totalidade de residências.

Ele lembrou que a Organização Mundial da Saúde estima que cada dólar investido em saneamento representa cinco dólares economizados em atendimentos de saúde, em especial às crianças. Hartung salientou que há em tramitação no Congresso vários projetos que dinamizariam o setor, mas infelizmente permanecem parados, refletindo o imobilismo do governo.

Fundo de combate à pobreza será promulgado hoje

A emenda constitucional foi aprovada ontem em segundo turno pela Câmara dos Deputados. A matéria é resultado de proposta do senador Antonio Carlos Magalhães e de comissão especial que estudou alternativas contra a miséria no país

A criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi aprovada na noite de ontem em segundo turno pela Câmara dos Deputados. A matéria segue agora para promulgação pelas Mesas do Senado e da Câmara, o que deve ocorrer em sessão do Congresso prevista para hoje.



ACM é autor da PEC que resultou na emenda aprovada ontem

O fundo deve arrecadar R\$ 4 bilhões anuais a serem aplicados na redução dos problemas sociais do país. Os recursos serão obtidos com o aumento das alíquotas da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que passará de 0,30% para 0,38%, e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de mercadorias consideradas supérfluas. O fundo aprovado é resultado da proposta

de emenda constitucional de iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e dos trabalhos de comissão especial criada a partir de requerimento da senadora licenciada Marina Silva (PT-AC), para estudar alternativas de combate à miséria.

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza deverá subsidiar programas como o de renda mínima, investimentos em saneamento básico e ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde e reforço da renda familiar. A nova alíquota da CPMF deverá vigorar a partir de meados de março do próximo ano. De acordo com a emenda, a alíquota de 0,38% será cobrada até 17 de ju-

nho de 2002.

A nova alíquota do IPI que será cobrada sobre produtos supérfluos deve entrar em vigor no início de 2001 e somente será reduzida em 2010, data prevista para a extinção do Fundo da Pobreza. Lei complementar definirá os produtos sobre os quais incidirá a nova alíquota.

A emenda estabelece que os estados e municípios poderão criar seus próprios fundos de combate à pobreza a partir do aumento de até dois pontos percentuais da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O financiamento dos fundos municipais poderá ser feito com o aumento de até meio ponto percentual na alíquota do Imposto sobre Serviços (ISS). O aumento tanto do ICMS quanto do ISS depende da aprovação de leis pelas assembleias legislativas e câmaras municipais.



José Eduardo Dutra protestou contra os valores destinados ao estado de Sergipe

Senado autoriza Bahia a realizar empréstimo de US\$ 69,6 milhões

Foi aprovado ontem pelo Senado projeto de resolução que autoriza o governo da Bahia a tomar empréstimo de US\$ 69,6 milhões, com garantia da União, junto ao Banco Mundial (Bird). O dinheiro será usado no Projeto de Educação da Bahia, a ser executado pela Secretaria de Educação.

O Senado aprovou também projeto de resolução que autoriza a União a realizar empréstimo de US\$ 18,8 milhões junto à Marubeni Corporation. Os recursos devem ser aplicados na compra de bens e serviços para o Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais

de Ensino Superior e Hospitais Universitários.

Durante a votação, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) e os senadores Ademir Andrade (PSB-PA) e Lauro Campos (PT-DF) manifestaram-se contra o endividamento crescente do Brasil. Os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defenderam o empréstimo, alegando o cunho social de sua destinação. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) protestou contra a parcela destinada a Sergipe, por ser menor do que a dos demais estados nordestinos. Os projetos vão à promulgação.

Sozza recusa-se a falar à CPI do Roubo de Cargas

Alegando cansaço, estresse e "necessidade de pensar sobre tudo o que está acontecendo", o empresário William Sozza recorreu à Constituição para não responder, na qualidade de testemunha, às perguntas, que pudessem incriminá-lo, formuladas ontem pelos senadores da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas. Sozza afirmou que, por problemas pessoais, não dormia havia três dias e não se sentia preparado para responder aos questionamentos. "Aqui eu me sinto assustado", disse o empresário.

William Sozza é acusado de envolvimento com quadrilhas de roubo de cargas em estradas do país. Os parlamentares que integram a CPI disseram a Sozza que, caso colaborasse nas investigações, ele poderia ser incluído no Programa de Proteção a Testemunhas, teria a família sob proteção e se beneficiaria com redução de até um terço da pena a que fosse condenado. O empresário também foi informado de que poderia ser enquadrado criminalmente por se recusar a responder aos parlamentares.

Após consultar o seu advogado, Sozza afirmou que se sentia acuado. Disse ainda que, quan-



O empresário William Sozza é acusado de envolvimento com quadrilhas de roubo de cargas que agem em estradas de todo o país

do depôs na CPI do Narcotráfico, foi execrado e que muitas mentiras foram ditas sobre ele. "Acabaram com minha vida e minha família." O empresário revelou que, quando foi preso, estava esperando que a CPI do Narcotráfico encerrasse os trabalhos e negociando (não disse com quem) para se entregar no início do próximo ano. E acrescentou que não excluía a possibilidade de vir a falar em outra oportunidade. "Eu vou colaborar com a CPI, mas não agora."

Por sugestão do deputado Moroni Torgan (PFL-CE), a reu-

nião tornou-se secreta, mas Sozza continuou mantendo a decisão de não falar. O presidente da CPI do Roubo de Cargas, senador Romeu Tuma (PFL-SP), convocou nova reunião para hoje, a partir das 9h, na sala 2 da Ala Nilo Coelho, quando retomará o depoimento de William Sozza. Se necessário, informou o senador, fará também uma acareação entre o empresário e Jorge Méres, que apontou Sozza como o chefe de uma quadrilha que operava a partir de Campinas (SP) no roubo de cargas e no narcotráfico.

Acordo disciplina direitos em acidentes de trânsito no Mercosul

O Senado aprovou projeto de decreto legislativo com o texto do Protocolo de São Luiz sobre matéria de responsabilidade civil referente a acidentes de trânsito. O acordo foi assinado entre os países membros do Mercosul, na cidade argentina de São Luiz, em junho de 1996. O protocolo disciplina direitos e deveres dos envolvidos em acidentes de trânsito ocorridos no território de qualquer dos países membros envolvendo cidadãos de outra nação do Mercosul.

Parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional demonstrou a neces-

sidade de adoção de regras comuns aos direitos e deveres individuais a serem respeitados, ao ressarcimento de prejuízos e à determinação de responsabilidade sobre danos a terceiros, tendo em vista a intensificação do tráfego de veículos de passageiros e de carga entre os países do Mercosul.

O Senado aprovou ainda decreto legislativo com o texto do acordo assinado entre o Brasil e a Guiana disciplinando o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes de pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico.

Plenário aprova envio de brasileiros para Timor Leste

O Senado aprovou projeto de decreto legislativo que autoriza o envio de um contingente brasileiro de peritos eleitorais, oficiais de ligação e policiais militares, todos desarmados, para permanecerem à disposição da Missão das Nações Unidas no Timor Leste (Unamet).

Agência Senado tem nova página na Internet

Banco de imagens dos principais eventos da Casa e mais dinamismo no noticiário em tempo real são as principais inovações adotadas para dar mais transparência aos trabalhos desenvolvidos pelos senadores



A Agência Senado de Notícias estreia hoje sua nova página de jornalismo eletrônico na rede mundial de computadores, a Internet. O objetivo do projeto é facilitar a navegação das pessoas que buscam informações sobre os trabalhos do Senado Federal e do Congresso Nacional. Na página inicial do Senado, no endereço www.senado.gov.br, o internauta já encontrará o link "notícias", que dará acesso à página da agência. A maior novidade é a criação de um banco de imagens com fotos dos principais eventos da Casa. O novo serviço permite que as fotografias dos fatos ocorridos no Senado se-

jam copiadas e reproduzidas por outros veículos de informação.

O noticiário em tempo real ganha mais dinamismo, garantindo que o usuário da rede possa acompanhar as votações do Plenário e das comissões no momento em que estiverem acontecendo. Da mesma maneira, será possível observar a evolução dos debates ocorridos na Casa e todos os eventos relativos às atividades parlamentares com maior rapidez. Esses serviços já são prestados hoje, mas, com os novos procedimentos, ganharão maior eficiência.

A nova página da Agência Senado permite a busca direta do noti-

ciário relativo aos eventos específicos de cada um dos segmentos em que podem ser subdivididos os trabalhos legislativos. Por ela, se podem buscar somente notícias dos debates no Plenário ou só das comissões, permanentes ou provisórias; da Ordem do Dia; a agenda da Casa ou as atividades da presidência do Senado.

O projeto da nova página integra um programa amplo desenvolvido pela Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, que, seguindo orientação da atual Mesa diretora, visa garantir total transparência para os trabalhos desta Casa do Legislativo.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania* – Sen. Emilia Fernandes e a escritora Schuma Schumacher falam sobre o *Dicionário da Mulher no Brasil*
7h30 – *Entrevista* – Sen. Moreira Mendes fala das madeiras da região amazônica
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Uma TV cheia de histórias – Berilo (MG)
9h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
10h – Sessão Plenária (vivo)
Logo após – Comissão de Assuntos Sociais (gravado)
CPI do Roubo de Cargos (gravado)
Sessão Plenária (reapresentação)
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Simon apóia iniciativa que beneficia moradores de rua

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) recebeu na terça-feira o ator Ciro Barcelos, autor do musical *Francisco de Assis*. No encontro, Simon manifestou apoio à iniciativa do artista que quer recuperar a capela do Hospital Escola São Francisco de Assis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para usá-la como abrigo para moradores de rua. A intenção de Barcelos é transformar a capela no abrigo Toca de Assis, onde moradores de rua receberão atendimento médico e espiritual, para depois serem encaminhados às suas famílias.

– O grande desafio do próximo milênio é incluir toda a humanidade, principalmente nossos irmãos das ruas, no banquete da vida, sem exclusões que



O senador Pedro Simon recebeu o ator Ciro Barcelos, que pretende recuperar capela de hospital-escola para usá-la como abrigo para moradores de rua

atentem contra a dignidade dos homens – disse Simon, que é membro da Ordem Terceira de São Francisco de Assis.

A fraternidade Vila Apostólica Toca de Assis administra abrigos para a população carente em 18 cidades brasileiras.

Ademir Andrade recebe jovens ligados à Igreja Católica

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), segundo-vice-presidente do Senado, recebeu ontem uma delegação de 21 adolescentes de vários estados do país, membros do Movimento Juvenil pela Unidade, setor do Movimento dos Focolares – ação ligada à Igreja Católica – que pretende desenvolver um novo estilo de vida baseado na integração e no desenvolvimento social.

Os jovens entregaram ao senador documento elaborado pela Conferência Juvenil para o Futuro, realizada em julho, no Japão, da qual participaram 213 jovens de 40 nações, envolvendo cristãos, judeus, muçulmanos e budistas. O documento, um apelo pela paz e fraternidade, está sendo entregue aos governantes, políticos e reli-



Os jovens entregaram a Ademir Andrade o documento elaborado pela Conferência Juvenil para o Futuro, realizada em julho, no Japão

gios de todo o mundo.

Os adolescentes leram o documento, explicaram os objetivos que pretendem alcançar com o movimento e cantaram *Imagine um Mundo*. Ademir Andrade, por sua

vez, felicitou os integrantes do grupo e colocou-se à disposição para colaborar com a iniciativa no que for possível. Ele acrescentou que irá ler, da tribuna, a mensagem que recebeu dos jovens.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirecTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica – Sistema Digital:

- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência: 3.644,4 MHz
- Freqüência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: 3/4

Antena Parabólica – Sistema Analógico:

- Satélite: B1
- Transponder: 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Freqüência – 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Senador lança "Em Flagrante", seu 21º livro

O vigésimo primeiro livro do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), intitulado *Em Flagrante*, foi lançado na terça-feira, no restaurante Carpe Dien, em Brasília. Editado pela Bluhm, braço literário da Ao Livro Técnico, a obra traz pequenos contos de ficção, fugindo do gênero mais usado por Artur da Távola, a crônica. "Procurei dar flagrantes em situações inusitadas, fossem existenciais, urbanas ou de amor", disse Távola ao falar sobre seu novo livro.

Em Flagrante é dividido em quatro partes, explicou o autor. A primeira traz contos ligados ao acaso. O tema encanta o senador.

Para Távola, o homem do século 20 não presta a atenção merecida ao inusitado. A segunda parte tem contos urbanos, nos quais a violência é a tônica, em um clima que lembra os problemas enfrentados pelo Rio de Janeiro. A terceira parte do livro é dedicada ao amor e suas idas e vindas. O final do livro é onde o autor mais solta a imaginação. Nas palavras de Távola, são delírios, em que o escritor conversa com Tchaikovsky e se encontra com a atriz Liv Ullmann, entre outras viagens criativas. Artur da Távola acredita que seus leitores habituais podem estranhar a linguagem de *Em Flagrante*. Mas explica: por ser um livro de contos traz um texto mais livre, em que a linguagem usada é a dos personagens e não a do próprio autor.

Artur da Távola tem livros publicados de crônicas, de comunicação, de poesia e uma biografia do compositor Ravel. Ontem, ele pediu licença do Senado Federal, pois vai ocupar a Secretaria da Cultura da prefeitura do Rio de Janeiro (veja matérias ao lado).

Távola pede licença do Senado e se despede com apelo à pacificação

Convidado pelo prefeito eleito para assumir a Secretaria Municipal da Cultura do Rio de Janeiro, senador será substituído por seu suplente, Nilo Teixeira Campos

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) despediu-se ontem do Plenário do Senado para assumir a Secretaria da Cultura da Prefeitura do Rio de Janeiro, a convite do prefeito eleito César Maia. Ele será substituído, durante a licença, pelo suplente Nilo Teixeira Campos.

Em discurso aparteado por 39 senadores, Artur da Távola registrou a honra de, nos 14 anos que esteve em Brasília, vivenciar o período da redemocratização do país a partir do Parlamento, instituição de que exaltou a quantidade, intensidade e importância do trabalho de elaboração de leis fundamentais à estabilidade democrática. Neste ano o Senado votou mais de 500 leis e "o país não sabe", lamentou.



Távola exaltou a quantidade, intensidade e importância do trabalho de elaboração de leis

Aos senadores de modo geral, Távola disse que o Senado nada ganhará "se continuar dividido em lutas fratricidas". Ao presidente do Senado, particularmente, apelou por pacificação, pedindo "grandeza de alma e

espírito público para prestar mais esse serviço ao país".

— Ninguém mais poderá fazê-lo e o Senado precisa dessa pacificação — insistiu. O papel do Senado, como a própria origem do nome o indica — do latim *Senactus*, sinônimo de senectude e experiência —, é ter serenidade, acrescentou.

Entre as muitas leis que justificariam a exaltação do trabalho legislativo, Távola destacou a Constituição de 1988, marco da redemocratização, principalmente nos seus capítulos e artigos dedicados aos direitos humanos individuais e coletivos, à ordem institucional e às áreas de educação e saúde. Alguns itens constitucionais teriam sido ultrapassados pela evolução da

ordem econômica, a seu ver, mas, da "ante-sala da modernidade" em que se encontra, como disse, o Brasil foi orientado devidamente para alcançar a modernidade nos governos de Fernando Henrique Cardoso.

Afirmando-se como parlamentar de trabalho nas comissões permanentes, "não protagonista", Artur da Távola mencionou ter-se envolvido profundamente na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da primeira Lei de Informática, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código de Defesa do Consumidor, e lamentou ter de deixar no meio do caminho a feitura da Lei Antidrogas, de que era o relator.

Em 39 apartes, muitos elogios ao futuro secretário

Como capital cultural do país, segundo a maioria dos 39 senadores que apartearam o discurso de despedida de Artur da Távola, o Rio de Janeiro na verdade terá um "ministro" da Cultura. Távola anunciou ontem sua decisão de pedir licença do Senado para assumir a Secretaria da Cultura do Rio de Janeiro, a convite do prefeito eleito César Maia.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou que o presidente Fernando Henrique Cardoso não tenha aproveitado Artur da Távola como ministro. Dos colegas do PSDB aos adversários do Bloco Oposição, todos reconheceram que a saída de

Artur da Távola empobrece o Plenário do Senado. Para uns, porque a tribuna perderá um brilhante representante da boa oratória parlamentar, como disse Jefferson Péres (PDT-AM).

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) considera Artur da Távola um parlamentar de extraordinária capacidade de debate e de análise competente e original. "Artur da Távola é um senador diferenciado", na opinião de José Jorge (PFL-PE), por sobrepor-se ao dia-a-dia da política e manter a capacidade de teorizar e divulgar novas idéias no Plenário.

"Um homem do século 21, com horror à superficialidade",

afirmou José Fogaça (PMDB-RS), que elogiou a capacidade do senador fluminense de pensar sobre a política e a vida, com o que concordou Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Luiz Otávio (sem partido-PA) disse que Távola deixa, como liderança do PSDB, uma marca de lealdade ao governo Fernando Henrique.

Outros senadores que elogiaram Artur da Távola foram Pedro Piva (PSDB-SP), José Roberto Arruda (PSDB-DF), Geraldo Melo (PSDB-RN), Paulo Hartung (PPS-ES), Antero de Barros (PSDB-MT), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Ricardo Santos (PSDB-ES), Sérgio Machado (PSDB-CE), Alberto Silva

(PMDB-PI), Lauro Campos (PT-DF), Hugo Napoleão (PFL-PI), José Alencar (PMDB-MG), Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), Osmar Dias (PSDB-PR), Álvaro Dias (PSDB-PR), Ademir Andrade (PSB-PA), Renan Calheiros (PMDB-AL), Iris Rezende (PMDB-GO), Djalma Bessa (PFL-BA), Carlos Wilson (PPS-PE), Sebastião Rocha (PDT-AP), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Romero Jucá (PSDB-RR), Eduardo Suplicy (PT-SP), Arlindo Porto (PTB-MG), Roberto Freire (PPS-PE), Roberto Saturnino (PSB-RJ), José Agripino (PFL-RN), Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Agnelo Alves (PMDB-RN).

ACM: Senado deve cumprir dever dentro da moralidade

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, mostrou-se sensível ao apelo do senador Artur da Távola para promover a pacificação do Senado. "Entendo que o apelo deva ser geral. De minha parte, concordo que a Casa precisa cumprir seus deveres dentro dos princípios de moralidade que sempre nortearam a atuação do senador Távola", disse.

Ao discursar na homenagem a

Távola, que está se licenciando do Senado para exercer o cargo de secretário da Cultura da futura administração César Maia, prefeito eleito da cidade do Rio de Janeiro, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, enalteceu as qualidades culturais e de caráter do homenageado.

Antonio Carlos afirmou que Távola não se afastará de todo do Senado, com seu valor e seu saber, pois continuará a participar

de programas da Rádio e da TV Senado. "Nosso sistema de informação continuará a crescer, sob as diretrizes hábeis do jornalista Fernando Cesar Mesquita", observou.



Antonio Carlos Magalhães elogiou as qualidades culturais e de caráter de Artur da Távola

Freire: Senado deve acompanhar conflito com Canadá

Ele sugere uma comissão temporária para avaliar as relações bilaterais, em razão do contencioso que culminou com a condenação do Brasil, na OMC, no caso em que foram julgados supostos subsídios concedidos à indústria aeronáutica

O senador Roberto Freire (PPS-PE) apresentou ontem requerimento para a instalação de uma comissão temporária no Senado com o objetivo de acompanhar as relações bilaterais e comerciais entre o Brasil e o Canadá.

Segundo o senador, os seguidos contenciosos nas relações de comércio internacional entre os dois países, debatidos na Organização Mundial de Comércio (OMC), merecem um acompanhamento cuidadoso da parte do Senado, principalmente diante das retaliações comerciais que o Canadá quer impor ao país, na disputa pela venda de aviões envolvendo a empresa canadense Bombardier e a brasileira Embraer.

Ao justificar a proposição, Ro-

berto Freire sustentou, em plenário, que cabe ao Poder Legislativo, em especial ao Senado, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, a responsabilidade pelo desenvolvimento de nossa política externa. Por esse motivo, acrescentou, a Casa não pode, no momento, eximir-se de acompanhar os desdobramentos e a aplicação de sanções pela OMC, “na forma pouco clara dos mecanismos compensatórios e de retaliações unilaterais, como na recente condenação do Brasil no caso referente à nossa indústria aeronáutica”, frisou.

Roberto Freire criticou, na sua justificação, a posição dos países ricos de querer impor “ditames econômicos e receitas de

ordem financeira” aos países em desenvolvimento.

— Para eles, e é emblemático que isso se expresse pela potência menor dentre as maiores, devemos ser obrigados a continuar exportando antigas bananas e modernas sojas, sem nunca ousarmos a produzir aviões — protestou.

Na avaliação de Roberto Freire, o Brasil pode vir a sofrer retaliações e limitações comerciais por parte do Canadá no comércio internacional, uma vez que o país foi autorizado a fazê-lo pela OMC. Ele advertiu que o Brasil não pode ser surpreendido e deve exercer o legítimo direito de defesa de sua soberania.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, concordou com a iniciativa de Roberto Freire. Ele disse esperar que o Executivo cumpra o seu papel e também tome as providências cabíveis para resolver o contencioso internacional entre Brasil e Canadá.



Para Roberto Freire, as nações ricas querem que o Brasil continue a exportar bananas

Plenário vota hoje isenção de Cofins e PIS/Pasep para os medicamentos

O Senado vota hoje projeto de iniciativa do governo que reduz a carga tributária de 1.200 medicamentos de uso contínuo e antibióticos. A proposta isenta esses remédios da contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor (Pis/Pasep) e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), se tiver aprovação do Plenário, o projeto vai à sanção do presidente da República. O governo apresentou o texto com o argumento de que a medida servirá para evitar o reajuste dos preços dos medicamentos no próximo ano. Pelos

cálculos do governo, o projeto vai permitir uma queda de até 12,5% nos preços de antibióticos e remédios de uso contínuo.

Ainda hoje, os senadores retomam a discussão do projeto, de iniciativa da Mesa do Senado, que cria a Universidade do Legislativo Brasileiro (UniLegis). A UniLegis terá como objetivos promover cursos, ciclos de estudos e debates, além de organizar conferências e simpósios e desenvolver linhas de investigação científica em matéria legislativa.

O texto deveria ter sido votado terça-feira, mas o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu em plenário a necessidade de um debate mais aprofundado a respeito da questão. Ele entende que o Sena-

do não pode fundar uma universidade sem “um criterioso estudo do assunto”. Por isso, a votação foi adiada para hoje.

Na mesma sessão, o Senado vota o projeto que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação. Também vota projeto que dá preferência de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a 65 anos.

Delibera ainda sobre o Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal, celebrado entre o governo brasileiro e o governo dos Estados Unidos; tratado de extradição celebrado entre o governo brasileiro e o governo da Coreia; a Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior; e acordo de cooperação cultural celebrado entre o Brasil e o Zimbábue.



Segundo Eduardo Suplicy, “um criterioso estudo” deve preceder a criação da UniLegis

Ademir quer ampliar poderes orçamentários do Congresso

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) vai reapresentar proposta de emenda constitucional alterando o dispositivo que impede o Legislativo de promover alterações no Orçamento no que diz respeito ao pagamento do serviço da dívida. Ademir disse que a Constituição brasileira é a única do mundo que traz este dispositivo, que ele classificou como “excessiva”. Ele lembrou que, na primeira vez em que apresentou essa proposta, ela foi arquivada.

Ademir considerou um absurdo o governo reservar R\$ 140,4 bilhões para o pagamento da dívida enquanto, para outros setores, destinou montantes irrisórios. Ressaltou que para a educação ficaram apenas R\$ 15,4 bilhões; para a saúde, R\$ 24,0 bilhões; para o transporte R\$

5,6 bilhões, e para a reforma agrária R\$ 1,8 bilhão.

O parlamentar considerou cômica a discussão sobre as fontes de recursos para garantir o aumento do salário mínimo — “miseráveis R\$ 2,8 bilhões” — sem que ninguém questionasse o grande problema do país, que é o pagamento da dívida externa.

Ademir elogiou a estratégia do governo, que se aproveitou do interesse da opinião pública no aumento do salário mínimo para forçar a aprovação de três projetos de seu interesse: o que permite à Receita Federal ter

acesso a informações sobre a movimentação bancária de suspeitos de sonegação fiscal; o que possibilita à Receita cruzar dados da arrecadação da CPMF com a declaração de renda dos contribuintes e o que evita a elisão fiscal.



Ademir: é “excessiva” a restrição para alterar desembolso com dívida

Apresentações musicais marcam encerramento do ano legislativo

Com apresentações do Coral do Senado e da cantora Isabela Fogaça, mulher do senador José Fogaça (PMDB-RS), seguidas de coquetel, a Mesa Diretora comemorou ontem, no Salão Nobre, o fim dos trabalhos legislativos deste ano. Participaram da cerimônia o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, membros da Comissão Diretora, senadores, diretores e funcionários.

O Coral do Senado, formado por funcionários da Casa, interpretou canções nacionais e músicas nati-

linas. Lançou ainda novo CD. O coral, que tem quatro anos de existência, já se apresentou em várias

cidades do Brasil e do exterior. A cantora Isabela Fogaça, acompanhada de banda, cantou músicas românticas e de Natal, todas compostas pelo marido senador.



A cantora Isabela Fogaça apresentou repertório com músicas românticas e natalinas compostas pelo marido senador

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Carlos Patrocínio e Henrique Loyola